

Do Saber ao Saber-Fazer: Quando a Sustentabilidade se Torna uma Competência

Desde a década de 1970, a utilização de instrumentos de política ambiental aumentou significativamente, principalmente através da aplicação de taxas e impostos, seguidos de subsídios e pagamentos com benefícios ambientais. Atualmente, a base de dados PINE da OCDE¹ inclui informações históricas sobre mais de 4600 instrumentos políticos relevantes para a proteção ambiental e gestão de recursos naturais, implementados em cerca de 150 países. O aumento de regulamentações, estratégias e mensagens ambientais criou uma base de conhecimento alargada, impulsionando a revolução nas tecnologias limpas através do Plano Industrial do Pacto Ecológico. Este plano reforça a competitividade da indústria europeia com o objetivo de atingir as zero emissões líquidas e acelerar a transição para a neutralidade climática.²

O Plano Industrial do Pacto Ecológico proporciona um ambiente favorável ao aumento da capacidade de fabrico da UE para tecnologias e produtos de emissões líquidas nulas, necessários para cumprir as ambiciosas metas climáticas da Europa. No entanto, estes objetivos, combinados com o aumento da regulamentação ambiental, podem representar desafios para os empresários de certos setores industriais onde a implementação é mais difícil, como os setores do calçado e têxtil. Estes setores enfrentam cadeias de abastecimento complexas que envolvem múltiplos países, cada um com regulamentações e capacidades de implementação distintas.³⁴ Neste contexto, o principal desafio já não é o acesso à informação sobre sustentabilidade, mas sim a tradução desse conhecimento em ações concretas, coerentes e genuinamente sustentáveis dentro da estratégia empresarial.

Estas regulamentações lançam as bases para a sustentabilidade industrial, mas a sustentabilidade é uma competência prática que deve ser desenvolvida ao longo do tempo através da aprendizagem ao longo da vida,⁵ apoiada por quadros regulamentares e ligada a competências correlatadas, como a qualidade, a segurança e a gestão de risco.⁶

¹ OECD. (n.d.). *Policy Instruments for the Environment (PINE) database*. Organisation for Economic Co-operation and Development. <https://www.oecd.org/en/data/datasets/policy-instruments-for-the-environment-pine-database.html>

² European Commission. (n.d.). *Green Deal Industrial Plan*. https://commission.europa.eu/topics/competitiveness/green-deal-industrial-plan_es

³ Sustainability Directory. (2025, January 30). *What are the key challenges in implementing sustainable textile policies?* <https://fashion.sustainability-directory.com/question/what-are-the-key-challenges-in-implementing-sustainable-textile-policies/>

⁴ Shibly, M. A. H., & UI Hoque, M. M. (2025). *Sustainability challenges of the textile industry*. In C.-L. Hui (Ed.), *Textile industry and the environment: Challenges, recent development and future*. IntechOpen. <https://doi.org/10.5772/intechopen.1009414>

⁵ UNESCO. (n.d.). *Education for sustainable development (SDG 4.7)*. <https://www.unesco.org/en/sustainable-development/education>

⁶ ASQ (American Society for Quality). (n.d.). *What is ISO 26000 – Guidance on Social Responsibility?* <https://asq.org/quality-resources/iso-26000>

Muitos erros na comunicação ambiental, frequentemente rotulados como greenwashing, não se devem a má-fé, mas sim à falta de ferramentas para avaliar a informação, priorizar ações e comunicar com precisão as decisões relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).⁷ A Comissão Europeia está a tomar medidas para combater o greenwashing e proteger os consumidores e o ambiente, uma vez que se estima que até 53% das alegações ambientais sejam vagas, enganosas ou infundadas. Além disso, existem inúmeros rótulos de sustentabilidade com níveis variáveis de transparência.⁸

A capacidade de transferir conhecimento de forma eficaz é essencial para escalar a sustentabilidade e torná-la uma prática tangível nas organizações. A este respeito, a Diretiva (UE) 2024/825,⁹ concebida para capacitar os consumidores contra o greenwashing, reflete o progresso da UE rumo a um quadro regulamentar mais rigoroso e verificável. Este cenário não exige apenas competências práticas para justificar e comunicar decisões ambientais, mas exige também uma preparação progressiva: formação, revisão interna e melhoria contínua são fundamentais para reduzir riscos jurídicos e reputacionais, fortalecendo assim a resiliência organizacional. Para alcançar esta mudança, são essenciais ferramentas que facilitem a aplicação prática destes princípios.

Neste contexto, o curso de formação anti-greenwashing do projeto Erasmus+ VETting Green¹⁰ oferece uma oportunidade única para adquirir as competências necessárias. Concebido para profissionais e organizações que procuram alinhar as suas práticas com as normas europeias, este curso fornece os conhecimentos e ferramentas para identificar, avaliar e comunicar alegações ambientais de forma transparente e verificável, evitando assim o greenwashing e promovendo uma sustentabilidade autêntica e eficaz. Está preparado para dar o próximo passo?

⁷ United Nations. (2020, December 10). *Sustainable Development Goals and targets*. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/sustainable-development-goals/>

⁸ European Commission. (2026, January 19). *Green claims*. https://environment.ec.europa.eu/topics/circular-economy-topics/green-claims_en

⁹ European Parliament and Council of the European Union. (2024, February 28). *Directive (EU) 2024/825*. Official Journal of the European Union.

¹⁰ Vetting Green. (n.d.). *Vetting Course*. <https://vettinggreen.eu/es/course/curso-vetting-2/?lang=es>